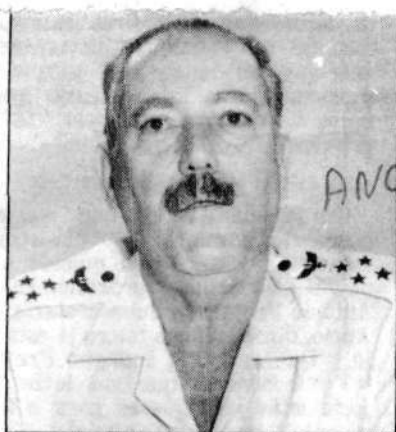




Leonidas Pires Gonçalves, do Exército



Moreira Lima, da Aeronáutica



Henrique Saboia, da Marinha

Lobby da anistia preocupa militares

Da Sucursal de Brasília

Os ministros do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, da Marinha, almirante Henrique Saboia, da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, e do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, estão acompanhando através de seus assessores parlamentares, desde o início desta semana, a movimentação do lobby dos anistiados encabeçado pelo ex-oficial da Marinha, Paulo Henrique Ferro. O lobby, classificado pelos assessores como o "dos desordeiros", quer que os militares cassados em 64 e 68 e anistiados em 79 e 85 sejam reintegrados nas Forças Armadas, recebam os soldos atrasados desde a data da cassação, e que a nova Constituição inclua anistia aos militares que foram punidos por atos administrativos como, por exemplo, transferências para reserva.

Os ministros militares têm feito chegar —através de seus assessores— recados aos constituintes de que todos os oficiais e praças que foram cassados em 64 e 68 nunca ficaram desamparados já que sempre receberam ajuda financeira dos cofres das Forças Armadas. Um oficial do Exército explicou à Folha que se um oficial foi cassado em 64, por exemplo, em 79, quando foi concedida a primeira anistia, ele

passou a receber o soldo integral de acordo com sua patente. Já em 85, com a Emenda 26 —que convocou o Congresso constituinte e anistiou mais militares— esse mesmo oficial recebeu promoção remunerada, isto é, se seus companheiros de farda passaram ao posto de coronel ele também foi automaticamente promovido à mesma patente. Desta forma, os ministros militares, segundo o oficial do Exército, já deixaram bem claro que o "lobby dos anistiados" pretende somente tumultuar "os quadros das Forças Armadas". E justificou: "Imagine um coronel da ativa prestes a ser promovido a oficial-general acabar sendo preterido por um oficial da reserva. Isso no mínimo causaria uma grande insatisfação dentro do quadro das Forças Armadas. Por isso não aceitamos uma nova anistia. Todo mundo já foi devidamente doado e as injustiças corrigidas."

Segundo o oficial, as promoções de oficiais são um assunto bastante delicado. São feitas da seguinte maneira: 1) por antiguidade, 2) por merecimento, e 3) por escolha. Até a patente de capitão, a promoção vem por antiguidade. De major a coronel a promoção é feita por antiguidade e merecimento. E de coronel a oficial general a escolha é feita pelo presidente da República.

Na próxima semana, o Congresso

constituinte deverá votar a anistia dos militares. Segundo um assessor parlamentar, deverá prevalecer o texto da emenda coletiva do Centrão que foi aprovado nas Disposições Transitórias. Ele afirma que a anistia dos militares já foi concedida por duas vezes. O texto da Sistematização, por sua vez, só difere do Centrão quando inclui um parágrafo que permite a militares que se sentirem injustiçados impetrarem recursos no Judiciário. A Constituição atual já permite que militares que se sintam injustiçados por algum ato administrativo (punições disciplinares, prisão etc) recorram à Justiça. Sendo assim, o Centrão preferiu excluir de seu texto esse parágrafo.

Os assessores parlamentares do general Leonidas, do brigadeiro Moreira Lima e do almirante Saboia estão avaliando o "lobby dos anistiados" como eficiente em seu raio de manobra dentro do Congresso. Mas, para neutralizar essa corrente que classificam como "astutos bagunceiros" têm conversado muito com os constituintes para explicar-lhes que essas reivindicações do oficial Ferro não têm nenhum fundamento. Mesmo assim acreditam que todo o cuidado é pouco e por isso —a partir da próxima segunda-feira— começarão a etapa final para neutralizar de vez esse lobby. (Dalton Moreira)